Fundamentos e principais argumentos

Marca comunitária pedida: marca nominativa «TURBO DRILL» para produtos pertencentes às classes 6, 7, 8, 19 e 20 — pedido de registo n.º 11 695 145

Decisão do examinador: recusou o registo

Decisão da Câmara de Recurso: negou provimento ao recurso

Fundamentos invocados: violação do artigo 7.º, n.º 1, alíneas b) e c), do Regulamento n.º 207/2009 do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009.

**Recurso interposto em 21 de janeiro de 2014 —
Genossenschaftskellerei Rosswag-Mühlhausen eG/IHMI
(Lembergerland)**

(Processo T-55/14)

(2014/C 78/32)

Língua do processo: alemão

Partes

Recorrente: Genossenschaftskellerei Rosswag-Mühlhausen eG (Vaihingen an der Enz, Alemanha) (representante: H. Steffan, advogado)

Recorrido: Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

Pedidos

A recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

— Anular a decisão da Câmara de Recurso, de 14 de novembro de 2013, no processo R 566/2013-1, relativa ao pedido de marca comunitária n.º 11 134 947;

— A respeito da decisão da Câmara de Recurso, de 14 de novembro de 2013, no processo R 566/2013-1, obrigar o recorrido a admitir o registo da marca;

— Condenar o recorrido nas despesas do processo.

Fundamentos e principais argumentos

Marca comunitária pedida: A marca nominativa «Lembergerland», para produtos da classe 33 — pedido de registo comunitário n.º 11 134 947

Decisão do examinador: Recusou o registo

Decisão da Câmara de Recurso: Negou provimento ao recurso

Fundamentos invocados: Violação do artigo 7.º, n.º 1, alínea j), do Regulamento (CE) n.º 207/2009.

**Recurso interposto em 29 de janeiro de 2014 — Iran
Insurance/Conselho**

(Processo T-63/14)

(2014/C 78/33)

Língua do processo: inglês

Partes

Recorrente: Iran Insurance Company (Teerão, Irão) (representante: D. Luff, lawyer)

Recorrido: Conselho da União Europeia

Pedidos

A recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

— anular o n.º 2 do anexo da Decisão 2013/661/PESC do Conselho, de 15 de novembro de 2013, que altera a Decisão 2010/413/PESC do Conselho que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 306, p. 18);

— anular o n.º 2 do anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 1154/2013 do Conselho, de 15 de novembro de 2013, que dá execução ao Regulamento (UE) n.º 267/2012 que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 306, p. 3);

— declarar inaplicáveis à recorrente o artigo 20.º, n.º 1, alínea c), da Decisão 2010/413/PESC do Conselho ⁽¹⁾, alterada pelo artigo 1.º, n.º 7, da Decisão 2012/35/PESC do Conselho ⁽²⁾, de 23 de janeiro de 2012, e os artigos 23.º, n.º 2, alínea d), e 46.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 267/2012 ⁽³⁾, de 23 de março de 2012;